CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ

431^a/07^a Reunião da Câmara de Fiscalização ATA DA 431^a/07 - SÉTIMA REUNIÃO DA CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 06 DE OUTUBRO DE 2025, EM FORTALEZA-CE.

Às dez horas e quinze minutos do dia seis do mês de outubro do ano de dois mil e vinte 1 2 e cinco, pelo sistema eletrônico de reuniões em nuvem Zoom, ocorreu a sétima Reunião 3 de Câmara de Fiscalização cujos trabalhos foram coordenados pelo Vice presidente de 4 Fiscalização, Luiz Rodrigo Ferreira Gomes do Nascimento, CRCCE-016079/O. 5 Estiveram presentes os Conselheiros: Tânia Martins Ferreira da Silva, CRCCE-022940/O; Solania Pessoa Veras, CRCCE-023658/O, Danyelle Kelvia Ferreira 6 7 Damasceno, CRCCE-020542/O; José Elielder Clares de Sousa, CRCCE-022995/O, bem 8 como a Coordenadora da Fiscalização, Elen Klezevski Pimentel. Foram distribuídos 9 processos a conselheiros efetivos e suplentes, de forma a dar celeridade no julgamento 10 de processos. Na ordem do dia, foram julgados os seguintes processos: PROCESSOS RELATADOS PELO CONSELHEIRO LUIZ RODRIGO FERREIRA GOMES DO 11 NASCIMENTO. Processo n.º 2025/009753 - Manter em funcionamento organização 12 13 contábil sem averbação da alteração cadastral no CRC. Art.15 do DL n.º 9.295/1946 e 14 com art. 6.°, § 1°, e art. 21 da Res. CFC 1.708/2023. Parecer no sentido de arquivar o 15 processo considerando que restou comprovada a regularização da infração no prazo 16 concedido para apresentação da defesa, em consonância com o Art. 44 da Resolução 17 CFC no 1.603, de 22 de outubro de 2020. Decisão: aprovado por unanimidade 18 Processo n.º 2025/009761 - Responder pela exploração de atividades privativas de 19 profissional da contabilidade, sem possuir registro profissional, ao participar como sócio 20 em organização contábil. Art. 12 e 20 do DL n.º 9.295/1946, c/c Súmula n.º 13 do CFC, 21 c/c o art. 1°, parágrafo único da Res. CFC n.º 1.707/2023. Parecer no sentido de 22 arquivar o processo considerando que restou comprovada a regularização da infração 23 no prazo concedido para apresentação da defesa, em consonância com o Art. 44 da 24 Resolução CFC no 1.603, de 22 de outubro de 2020. Decisão: aprovado por 25 unanimidade. **Processo n.º 2025/009762 -** Organização contábil 26 explorar atividades privativas de contadores, sem registro cadastral no CRCCE. Art. 15 27 do DL n.º 9.295/1946, c/c com Lei n.º 6.839/1980, e com art. 1° da Res. CFC n.º 28 1.708/2023. Parecer no sentido de arguivar o processo considerando que restou 29 comprovada a regularização da infração no prazo concedido para apresentação da 30 defesa, em consonância com o Art. 44 da Resolução CFC no 1.603, de 22 de outubro de 2020. Decisão: aprovado por unanimidade. Processo n.º 2025/009777 - Organização 31 32 constituída para explorar atividades contábeis, sem registro cadastral no CRCCE. Art. 15 33 do DL n.º 9.295/1946, c/c com a Lei n.º 6.839/1980 e com o art. 1º da Res. CFC n.º 34 1.708/2023. Parecer no sentido de arquivar o processo considerando que restou comprovada a regularização da infração no prazo concedido para apresentação da 35 36 defesa, em consonância com o Art. 44 da Resolução CFC no 1.603, de 22 de outubro de 2020. Decisão: aprovado por unanimidade. Processo n.º 2025/009780 - Organização 37 38 constituída para explorar atividades contábeis, sem registro cadastral no CRCCE. Art. 15 do DL n.º 9.295/1946, c/c com a Lei n.º 6.839/1980 e com o art. 1° da Res. CFC n.º 39 40 1.708/2023. Parecer no sentido de arquivar o processo considerando que restou 41 comprovada a regularização da infração no prazo concedido para apresentação da 42 defesa, em consonância com o Art. 44 da Resolução CFC no 1.603, de 22 de outubro de 2020, Ata n.º 431-07/2025. Decisão: aprovado por unanimidade. Processo n.º 43 44 **2025/009811 -** Exercer atividade privativa de profissional da contabilidade, organização 45 contábil, executando a atividade de escrituração contábil, elaboração de demonstrações 46 contábeis e atividade inerente ao departamento fiscal sem possuir o registro profissional neste CRCCE. Art. 12 e 20 do DL n.º 9.295/1946, c/c Súmula n.º 13 do CFC, c/c o art. 47 1°, parágrafo único da Res. CFC n.º 1.707/2023. Parecer no sentido de arquivar o 48 49 processo considerando que restou comprovada a regularização da infração no prazo 50 concedido para apresentação da defesa, em consonância com o Art. 44 da Resolução 51 CFC n.º 1.603, de 22 de outubro de 2020. Decisão: aprovado por unanimidade.

431ª/07ª Reunião da Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina

PROCESSOS RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ ELIELDER CLARES DE 52 53 SOUSA. Processo n.º 2025/009791 - Exercer atividade privativa de profissional da 54 contabilidade em empresa, ocupando o cargo de ANALISTA CONTÁBIL no setor de 55 CONTABILIDADE, tendo como atribuições: ESCRITURAÇÃO ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS e ANÁLISE/REVISÃO DE 56 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (análise, importação, classificação e conciliações 57 contábeis. Participação do fechamento contábil mensal e trimestral), sem possuir o 58 59 registro profissional neste CRCCE. Art 12 e 20 do DL n.º 9.295/1946, c/c Súmula n.º 13 do CFC, c/c o art. 1°, parágrafo único da Res. CFC n.º 1.707/2023. Parecer no sentido 60 de aplicar a pena de multa no valor de R\$ 5.870,00 (cinco mil, oitocentos e setenta 61 reais), de acordo com a alínea "a" ou "b" do art. 27 do DL n.º 9.295/1946, c/c arts. 56 e 62 63 57, da Res. CFC n.o 1.603/2020, e com a Res. CFC 1744/2024, tendo em vista que o autuado ocupa o cargo de ANALISTA CONTÁBIL no setor de CONTABILIDADE, tendo 64 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL, ELABORAÇÃO 65 como atribuições: DE DEMONSTRAÇÕES CONTABEIS ANÁLISE/REVISÃO 66 DEMONSTRAÇÕESCONTÁBEIS (análise, importação, classificação e conciliações 67 contábeis e participação do fechamento contábil mensal e trimestral), sem possuir o 68 69 registro profissional no CRCCE. Decisão: aprovado por unanimidade. Processo n.º 2025/009804 -Exercer atividade privativa de profissional da contabilidade em 70 71 Organização Contábil, sem possuir o registro profissional neste CRCCE. Art 12 e 20 do 72 DL n.º 9.295/1946, c/c Súmula n.º 13 do CFC, c/c o art. 1.°, parágrafo único da Res. CFC n.º 1.707/2023. Parecer no sentido de arquivar o processo considerando que restou 73 74 comprovada a regularização da infração no prazo concedido para apresentação da 75 defesa, em consonância com o Art. 44 da Resolução CFC no 1.603, de 22 de outubro de 2020. Decisão: aprovado por unanimidade. Os processos de fiscalização PF n.º 76 77 e PF n.º 2022/009338 - foram retirados de pauta para diligências. 78 PROCESSOS RELATADOS PELA CONSELHEIRA SOLANIA PESSOA VERAS. Processo n.º 2025/009715 -79 Organização constituída para explorar atividades contábeis, sem registro cadastral no CRCCE. Art. 15 do DL n.º 9.295/1946, c/c com a Lei 80 n.º 6.839/1980 e com o art. 1.º da Res. CFC n.º 1.708/2023. Parecer no sentido de 81 82 aplicar a pena de multa no valor de R\$ 1.174,00 (um mil, cento e setenta e quatro reais), conforme alínea "b" do art. 27 do DL n.º 9.295/1946, com art. 56 e art. 57, da Res. CFC 83 1.603/20 e com a Res. 1.744/2024, considerando que não houve regularização da 84 infração tipificada no auto de infração que embasou o presente processo, e a 85 Organização Contábil ASCONT SERVIÇOS CONTABEIS LTDA. permanece sem 86 registro cadastral neste CRC. Decisão: aprovado por unanimidade. Processo n.º 87 88 2025/009745 - Manter em funcionamento organização contábil sem averbação da 89 alteração cadastral no CRC. Art.15 do DL n.º 9.295/1946 e com art. 6°, § 1°, e art. 21 da 90 Res. CFC 1.708/2023. Parecer no sentido de aplicar a pena de multa no valor de R\$ 91 1.174,00 (um mil cento e setenta e quatro reais), conforme alínea "b" do art. 27 do DL n.º 92 9.295/1946 com art. 56 e art. 57, da Res. CFC 1.603/20 e com a Res. 1.744/2024, 93 considerando que não houve regularização da infração tipificada no auto de infração que 94 embasou o presente processo, e a Organização Contábil permanece sem registro 95 cadastral neste CRC. Decisão: aprovado por unanimidade. PROCESSO RELATADO PELA CONSELHEIRA DANYELLE KELVIA FERREIRA DAMASCENO. Processo n.º 96 97 2025/009722 -. Organização constituída para explorar atividades contábeis, sem 98 registro cadastral no CRCCE. Art. 15 do DL n.º 9.295/1946, c/c com a Lei n.º 6.839/1980 99 e com o art. 1.° da Res. CFC n.º 1.708/2023. Parecer no sentido de aplicar a pena de 100 multa no valor de R\$ 1.174,00 (mil cento e setenta e quatro reais), conforme prevista na alínea "b" do Art. 27 do DL 9.295/46, com arts. 56 e 57, da Res. CFC 1.603/20 e com a 101 102 Res. n.º 1.744/2024, devido à falta de regularização da infração, uma vez que a 103 Organização Contábil permanece em situação irregular neste CRC. Decisão: aprovado 104 por unanimidade. Esgotada a pauta, o Conselheiro Luiz Rodrigo Ferreira Gomes do 105 Nascimento, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às onze horas do dia

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ

431ª/07ª Reunião da Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina

- seis do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco. A presente ata foi redigida por
- 107 mim, Morgana Feijó da Gama, que a assino após sua aprovação, juntamente com o
- 108 Vice-Presidente de Fiscalização e demais Conselheiros.
- 109 CT LUIZ RODRIGO FERREIRA GOMES DO NASCIMENTO
- 110 CT TÂNIA MARTINS FERREIRA DA SILVA
- 111 CT SOLANIA PESSOA VERAS
- 112 CT JOSÉ ELIELDER CLARES DE SOUSA
- 113 CT DANYELLE KELVIA FERREIRA DAMASCENO
- 114 CT ELEN KLEZEVSKI PIMENTEL
- 115 CT MORGANA FEIJÓ DA GAMA
- Fortaleza, 06 de outubro de 2025.